

A produtividade acadêmica e o problema da coautoria

POR MICHEL GOULART DA SILVA

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

RESUMO

Discute-se neste artigo o problema da escrita no espaço acadêmico e como se relaciona com o problema das coautorias forjadas. Para tanto, aponta-se os problemas estruturais relacionados com as imposições de avaliação das próprias instituições e dos órgãos governamentais. Ademais, discute-se os papéis de autores/coautores e como isso se diferencia das atribuições inerentes aos orientadores.

Palavras-chave: produtividade acadêmica; autoria; coautoria; orientação.

O tema da autoria e da coautoria nos meios acadêmicos afeta todos os que pesquisam e escrevem nas mais variadas áreas em universidades e institutos. Professores, alunos e demais pesquisadores são permanentemente cobrados no sentido de produzirem artigos para revistas, livros e eventos, ainda que na maior parte dos casos não contem com o tempo e a estrutura adequados para se dedicarem a estas produções. Contudo, o debate em torno da produtividade exigida acaba sendo atravessado por um outro problema: o uso de subterfúgios para cumprir tais exigências e apresentar uma quantidade razoável de publicações. Dentre estes subterfúgios, o mais comum tem sido professores assinarem textos produzidos por seus orientandos de graduação e pós-graduação, mesmo que a participação dos docentes na escrita desses textos tenha sido mínima ou mesmo inexistente. Partindo dessa constatação,

ressalta-se uma outra faceta da autoria, no contexto acadêmico, que diz respeito à autoria forjada, isto é, a inclusão de um nome como coautor sem a devida participação, atitude muitas vezes ocasionada pela pressão da publicação a qualquer custo, a fim de conseguir atingir a meta estipulada para a produção de artigos científicos (BIANCHETTI, ZUIN, FERRAZ, 2018, p. 149).

O espaço acadêmico tornou-se um lugar de intensas cobranças quantitativas, onde os resultados das pesquisas precisam ser apresentados de forma rápida, e cujos critérios normalmente são arbitrários. Para os docentes das universidades é comum que a progressão na carreira esteja associada, ainda que parcialmente, a critérios de produtividade acadêmica. Na pós-graduação se estruturou uma avaliação quantitativa de todo o trabalho realizado, e que está embasada num sistema de controle que inicia nos projetos em andamento, passa pelas orientações e trabalhos em eventos, chegando à publicação de artigos e livros, exigindo uma coerência temática e metodológica que é medida não por critérios qualitativos ou pela relevância para a área de conhecimento, mas, em última instância, por palavras-chave. Com isso, os pesquisadores e as instituições a que estão vinculados são categorizados e ranqueados, sendo sua classificação um critério determinante na definição sobre a distribuição de recursos.

Esse cenário de pressão pela produtividade está associado às mudanças na forma de organização do trabalho, na medida em que o capitalismo necessita cada vez mais que a técnica e a tecnologia garantam a diminuição nos custos de produção. No sistema capitalista, “a grande indústria tem de incrementar extraordinariamente a força produtiva do trabalho por meio da incorporação de enormes forças naturais e das ciências da natureza ao processo de produção” (MARX, 2013, p. 460). Cabe à pesquisa um papel decisivo nesse processo, na medida em que possibilita a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, exigindo-se resultados rápidos, inovadores e com impactos práticos. Como parte do processo de “reorganização econômica, a esfera de natureza simbólico-cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da produção econômica, no contexto de tecnificação da política e da cultura” (SGUISSARDI, SILVA JR, 2001, p. 80). Conseqüentemente, diante de dificuldades estruturais, de pressão pela produtividade, e de avaliações com critérios arbitrários, criam-se formas de garantir dados estatísticos de produção, incluindo as práticas de autoria forjada. Nesse sentido,

a pressão produtivista gera o efeito perverso do agir instrumental e do abandono do essencial (o processo em si, gerador de conhecimento e enriquecedor da formação intelectual) pelo aparente, isto é, o resultado espelhado na pontuação. Em outras palavras, privilegia-se a quantidade sem se importar com a qualidade (SILVA, 2005, p. 89).

Diante disso, coloca-se em debate os papéis assumidos pelos pesquisadores nos meios acadêmicos, em especial a confusão que se faz entre orientação e autoria (ou coautoria), ou, para ser mais preciso, a apropriação que alguns professores fazem de trabalhos realizados pelos estudantes. Um dos elementos centrais dessa discussão é a compreensão desses dois conceitos, em especial a necessidade de diferenciar os papéis do autor (e do coautor)

e do orientador. Na pós-graduação, em especial, onde existe uma pressão estrutural pela difusão de resultados, percebe-se que comumente orientadores assinam como coautores textos provenientes de pesquisas realizadas por seus orientados, e para os quais contribuíram com observações, sugestões e comentários, que caracterizam a atividade de um orientador, mas não uma coautoria.

Numa definição simples, o autor é aquele que possui uma efetiva participação na elaboração dos textos escritos (ou de outras produções). Legalmente o autor é considerado como “a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica” (BRASIL, 1998). Pode-se aprofundar essa definição, apontando que

autor e coautores necessitam participar, efetivamente, de todas as fases de produção, haja vista que se o trabalho resulta de esforço conjunto, a diferença entre autor e coautor se limita à liderança maior ou menor no encaminhamento das atividades e não na responsabilidade autoral. Autor e coautores devem colaborar em todas as etapas. Estas compreendem a concepção da ideia, a delimitação do objeto de estudo, a consecução dos objetivos pretendidos, além do estabelecimento da linha teórica adotada. Abrangem, ainda, a decisão dos procedimentos metodológicos, análise e respectiva interpretação dos dados coletados até a elaboração preliminar e final do texto que sumariza resultados e conclusões obtidas (TARGINO, 2010, p. 147).

O elemento central que define a autoria e a coautoria no meio acadêmico, portanto, passa pela efetiva participação do pesquisador na escrita daquele texto. Pode-se ainda apontar, nessa lógica, também a legislação vigente, que define: “não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio” (BRASIL, 1998). O orientador de uma pesquisa, portanto, ao exercer a atribuição inerente ao seu papel, não pode ser considerado automaticamente coautor de um texto produzido por um orientando, caso não tenha participação efetiva na escrita.

Uma objeção recorrente a essa definição é feita pelo fato de que muitas pesquisas, em especial em áreas na qual existe a necessidade de longos períodos de experimentação, como na Saúde, contam com extensas equipes, que podem ser modificadas ao longo do tempo, em razão de diferentes fatores, como a passagem para novas etapas de testes ou mesmo mudanças de métodos e processos devido aos resultados obtidos. Contudo, a participação na pesquisa, seja em uma etapa ou em todo o processo, não faz do pesquisador automaticamente um dos autores de algum artigo que vem a ser produto do trabalho realizado. O texto, a ser apresentado em um evento ou para a publicação em um periódico científico, possivelmente refletirá a participação efetiva dos seus autores na pesquisa realizada, expressando suas conclusões a partir dos métodos escolhidos. Por mais óbvio que

seja, é preciso afirmar que o processo de realização da pesquisa é diferente da exposição de seus resultados, conforme destacava Marx:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexu interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 90)

Certamente que na exposição dos resultados da pesquisa, sejam parciais ou finais, todos os envolvidos devem ser mencionados, destacando o papel específico de cada um, o que não significa torná-los automaticamente autores do artigo. O mais correto seria apresentar como colaboradores aqueles pesquisadores que não atuaram diretamente na escrita do texto, embora participando da pesquisa. Concretamente,

devem ser entendidos como autores, nas publicações científicas, aqueles cuja participação seja substancial, a qual começa pelo planejamento, passa pela interpretação dos dados até a escritura final do texto; aqueles que tenham condições de responder publicamente pelo trabalho. Outros que tenham participação importante no trabalho, mas cuja autoria ou coautoria não se justificam, poderão ser indicados como colaboradores, devendo constar, no artigo, a explicação sobre a contribuição de cada autor colaborador (BIANCHETTI, ZUIN, FERRAZ, 2018, p. 150).

Portanto, tendo clareza do papel do autor e do coautor na elaboração dos trabalhos científicos, fica evidente que ao orientador não deve ser automaticamente atribuída essa função, a menos que tenha participação direta na elaboração do texto. Para que não reste dúvidas, é preciso destacar que “a autoria e a coautoria processar-se-ão, de fato, a partir de uma contribuição significativa, reproduzindo o esforço e o comprometimento de cada um dos envolvidos no trabalho de produção científica” (BIANCHETTI, ZUIN, FERRAZ, 2018, p. 153). Os autores e coautores de um texto são aquelas pessoas que o escreveram efetivamente, e não aquelas que participaram com comentários ou sugestões.

Cabe então delimitar claramente o papel do orientador no processo de pesquisa. O orientador é normalmente um profissional de maior experiência na respectiva área do conhecimento, e que deve auxiliar nas escolhas teóricas e metodológicas dos seus orientandos, problematizando, sugerindo e apresentando alternativas possíveis para o trabalho em andamento. O orientando escreve uma tese ou dissertação resultante de sua pesquisa, cabendo ao orientador fazer, no máximo, pequenas intervenções na escrita daquele trabalho, não como autor, mas como revisor ou mesmo avaliador, contribuindo para o processo formativo do orientando. Os demais resultados dessa pesquisa, como artigos ou trabalhos em eventos, não devem ser automaticamente assinados por professores apenas

pelo fato de ter o vínculo de orientador. Contudo, caso o orientador participe da elaboração de textos escritos por seus orientandos, contribuindo ativamente desde a definição do tema e da forma de exposição até a redação final, certamente deve ser entendido como um coautor.

Por mais que a relação entre orientador e orientando tenha elementos subjetivos, de respeito e empatia, essa ainda é uma relação hierárquica, em que cabe ao orientador auxiliar seus orientandos a compreender os elementos teóricos e metodológicos da pesquisa. Não seria exagerado destacar que “a relação docente/discente, por mais democrática que seja, não é uma relação entre iguais – e isto é ainda mais complexo quando esta vincula orientador/orientando. A relação professor/aluno, orientador/orientando é uma relação de poder” (SILVA, 2005, p. 93). Contudo, diante das pressões impostas pelos órgãos de avaliação governamentais ou mesmo das instituições, o orientando é chamado, de forma explícita ou implícita, a colaborar para que o curso em que está vinculado mantenha sua avaliação ou mesmo eleve sua posição no ranqueamento. E o tipo de colaboração mais solicitada pelos programas de pós-graduação tem sido a publicação de artigos onde conste o nome do orientador entre os autores; afinal, artigos assinados apenas por discentes, sem que a coautoria tenha sido atribuída a professores do programa, não são contabilizados nos critérios de avaliação. Em muitos casos, o título do professor é utilizado como chamariz para garantir a publicação em revistas mais bem avaliadas, que somente aceitam publicar trabalhos assinados por doutores ou professores credenciados em programas de pós-graduação. O processo pode ser assim descrito:

o discente se encontra em início de carreira e suscetível a aceitar o mal menor. É o seu trampolim. Ele pode, conscientemente, submeter-se às exigências e argumentos do docente em nome da racionalidade instrumental – o professor o usa para “fazer currículo”, e o aluno usa aquele para “abrir as portas”, pois também necessita acumular currículo. Ele sabe que seu mestrado pode ser prejudicado se se indispuer com tal professor (SILVA, 2005, p. 93).

Escancarado ou velado, há um sistema de imposição sobre os orientandos, que expressa as pressões que os docentes sofrem dos órgãos de avaliação e das instituições onde atuam. Confunde-se o efetivo papel do orientador, criando explicações falaciosas para justificar coautorias forjadas nos textos produzidos pelos estudantes. Estes, diante das dificuldades a que estão submetidos para começar a construir uma carreira acadêmica, ou apenas para concluir suas pesquisas, têm pouco ou nenhum espaço para se opor diante das pressões que sofrem dentro dos cursos. Cria-se um clima em que os docentes colocam nas costas dos orientandos a responsabilidade pela manutenção ou elevação da avaliação do curso, criando situações em que muitos docentes deixam de produzir e se limitam a assinar os trabalhos de alunos.

Um elemento central nesta discussão, portanto, é identificar os papéis de cada um e, principalmente, diferenciá-los. Neste caso, cabe enfatizar: “é redundante, porém necessário diante das circunstâncias, afirmar que o orientador orienta, não faz o trabalho pelo outro” (SILVA, 2005, p. 94). O autor, por outro lado, é aquele que efetivamente escreve os trabalhos. Pode-se apontar que,

a partir do momento que percebemos as funções diferenciadas do autor e do orientador, parece mais fácil, ou, no mínimo, menos polêmico, a compreensão de que são universos que se cruzam, mas que mantêm sua singularidade. Orientar, estabelecer diretrizes, intercambiar experiências são atividades intrínsecas à orientação e não à autoria (TARGINO, 2010, p. 152).

No mundo acadêmico o que se tem é um cenário no qual as exigências são ampliadas paulatinamente, à medida que a estrutura é tornada precária. Com isso, vão se procurando subterfúgios para responder aos processos de avaliação, mesmo que para isso seja preciso utilizar mecanismos cujo caráter ético é duvidoso, como o ato de colocar o nome em textos que não se escreve.

Um fato ainda mais grave passa pelo uso da autoridade proporcionada pelo vínculo de orientação como forma de aumentar artificialmente o currículo docente, buscando cumprir os requisitos de avaliação. O meio acadêmico precisa ser um ambiente saudável, em que o pesquisador em formação possa apreender o ofício e a orientação tenha o papel de proporcionar o contato com teorias e métodos adequados ao seu trabalho, sem pressões produtivistas ou de tempo, contribuindo efetivamente para a produção do conhecimento. ↗

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 fev. 1998.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça**: produtivismo acadêmico, “pesquisa administrada” e plágio nos tempos da cultura digital. Salvador: UFBA, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João Reis. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF, 2001.

SILVA, Antonio Ozaí da. A corrida pelo Lattes. In: RAMPINELLI, Waldir José; ALVIM, Valdir; RODRIGUES, Gilmar (Org.). **Universidade**: a democracia ameaçada. São Paulo: Xamã, 2005.

TARGINO, Maria das Graças. Orientador ou tutor é autor? **Informação & Informação**, v. 15, n. 1, p. 145-156, dez. 2010.